

A QUESTÃO DA MORADIA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE (ST 7)

Isadora Teodoro

FAU-USP | isadorateodoro89@gmail.com

Camila D'Ottaviano

FAU-USP | camila.dottaviano@gmail.com

Sessão Temática 7: Política habitacional e direito à moradia

Resumo: Este trabalho apresenta um quadro geral sobre a questão da moradia no âmbito do Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre. Partindo de uma perspectiva histórica, o artigo recupera o desenvolvimento das políticas públicas habitacionais na cidade de Porto Alegre, com vistas a mensurar o efetivo espaço de participação popular nas demandas por moradia e sua implicação direta na luta pelo direito à cidade. Considerando o pioneirismo da cidade de Porto Alegre na implementação do Orçamento Participativo, ainda nos anos de 1980, pretende-se tensionar a real incidência da participação cidadã nesse e em outros processos, levando-se em conta o período histórico compreendido do final dos anos 1980 até os dias atuais. O trabalho tem a finalidade de discutir o ascenso/descenso do direito à cidade no caso de Porto Alegre refletido decisivamente pelas políticas públicas adotadas pelos governos municipais, considerando as oscilações políticas tanto em âmbito local quanto federal.

Palavras-chave: Moradia; Porto Alegre; Orçamento Participativo.

THE HOUSING ISSUE IN PORTO ALEGRE'S PARTICIPATORY BUDGET

Abstract: This paper presents a general overview of the housing issue within the scope of the Participatory Budget of the city of Porto Alegre. Starting from a historical perspective, the article recovers the development of public housing policies in the city of Porto Alegre, with a view to measuring the effective space for popular participation in the demands for urban housing and its direct implication in the fight for the right to the city. Considering the pioneering role of the city of Porto Alegre in the implementation of the Participatory Budget, back in the 1980s, the aim is to assess the real incidence of citizen participation in this and other processes, taking into account the historical period from the late 1980s to the present day. The paper aims to discuss the rise and fall of the right to the city in the case of Porto Alegre, decisively reflected in the public policies adopted by municipal governments, considering the political oscillations at both the local and federal levels.

Keywords: Housing, Porto Alegre, Participatory Budget.

LA CUESTIÓN DE LA VIVIENDA EN EL PRESUPUESTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

Resumen: Este trabajo presenta un panorama general de la cuestión de la vivienda en el ámbito del Presupuesto Participativo de la ciudad de Porto Alegre. A partir de una perspectiva histórica, el artículo recupera el desarrollo de las políticas públicas de vivienda en la ciudad de Porto Alegre, con miras a medir el espacio efectivo de participación popular en las demandas de vivienda urbana en su implicación directa en la lucha por el derecho a la vivienda. la ciudad. Considerando el espíritu pionero de la ciudad de Porto Alegre en la implementación del Presupuesto Participativo, aún en la década de 1980, se pretende resaltar la incidencia real de la participación ciudadana en éste y otros procesos, teniendo en cuenta el período histórico comprendido entre finales de la década de 1980 hasta la actualidad. El objetivo del trabajo es discutir el ascenso/caída del derecho a la ciudad en el caso de Porto Alegre, reflejado decisivamente en las políticas públicas adoptadas por los gobiernos municipales, considerando las fluctuaciones políticas tanto a nivel local como federal.

Palabras clave: Vivienda; Porto Alegre; Presupuesto Participativo.

INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo o diagnóstico das políticas públicas habitacionais desenvolvidas na cidade de Porto Alegre e como objeto de estudo a questão da moradia no âmbito do Orçamento Participativo (OP) da cidade de Porto Alegre, este artigo apresenta o quadro geral dos investidos e dos desafios apresentados desde sua implementação. A partir da análise do banco de dados públicos dos investimentos do OP entre 1989 (data de sua implementação) e 2010 (última data com dado disponibilizado), é possível identificar a evolução do programa e, em especial, dos investimentos no eixo “Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano”.

A partir de uma perspectiva histórica das demandas e investimentos do Orçamento Participativo em Porto Alegre, mas também com a apresentação de um quadro geral quantitativo, o artigo pretende contribuir para o entendimento do processo de valorização e posterior esvaziamento do OP pelas gestões municipais.

HISTÓRICO DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM PORTO ALEGRE

O processo de urbanização da cidade de Porto Alegre não difere das grandes cidades brasileiras. Seu processo de industrialização, caracteriza por intenso êxodo rural e transição demográfica, transformou o acesso à moradia para a população de baixa renda em um problema crescente na cidade. O extraordinário processo de urbanização foi impulsionado pelo modelo de modernização conservadora gestado no período de 1930 a 1950 e potencializado pelo regime ditatorial a partir de 1964 (Fedozzi, 2000, p.17), com a cidade vivendo um crescimento acelerado já no início dos anos de 1930.

No contexto nacional podemos afirmar que a herança do período colonial associada à manutenção da estrutura fundiária no campo e à modernização urbana e industrial das cidades foi responsável pelo processo de concentração de riquezas, da renda, das terras urbanas e de acesso seletivo aos equipamentos e serviços públicos. Este processo foi e ainda é responsável por uma realidade de intensa segregação sócio-espacial urbana, degradação ambiental e de violência, que caracterizam o abismo social vivenciado hoje nas cidades brasileiras (D’Ottaviano, 2019).

Com o espaço urbano sendo protagonista da vida cotidiana, intensifica-se a importância fundamental da luta de classes nas últimas décadas. Ou seja, a dinâmica de produção e de reprodução do espaço não pode ser pensada apartada de sua intrínseca relação com os processos de acumulação capitalista e de exploração da força de trabalho, como também não pode estar separada das lutas e resistências populares consolidadas nesse contexto.

Programas e projetos de melhoramentos¹ promovidos pelos governos municipais de Porto Alegre desde o início do século XX foram responsáveis pela expulsão sistemática da

população de baixa renda, em especial a população afrodescendente, das áreas centrais da cidade (Alfonsin, 2017; Vieira, 2021).

Cabe aqui ressaltar que o problema em Porto Alegre, assim como em outras cidades brasileiras, nunca foi o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade. Habitar, para além de dispor de uma moradia, requer um lugar provido de equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos, que propiciem o exercício pleno da urbanidade. Uma política habitacional transcende, em muito, a construção de casas. Programas que se limitam à produção em massa de habitações, sem a produção de cidade, geram periferação e segregação socioespacial.

Na recuperação da cronologia da política habitacional na cidade, merece destaque os conjuntos do IAP (Institutos de Aposentadorias e Pensões, 1932-1945), em especial o conjunto produzido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, conhecido como “Vila do IAPI”. Implantado no bairro Passo d’Areia, na zona norte da cidade, suas obras tiveram início em 1946, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e foram inauguradas em 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas (1951-1954). O projeto original é de autoria do engenheiro carioca Otacílio Saboya, base do projeto definitivo do engenheiro gaúcho Marcos Kruter. A proposta teve articulação com o Plano Diretor de Porto Alegre de 1941, inserindo-se no contexto urbano e ambiental, com grande diversidade tipológica e qualidade urbanística (Bonduki, 2014, v.2).

Ainda que tenha sido construído em um bairro distante do centro, o conjunto é uma referência da produção habitacional da época. Com estimativa inicial de 1.691 unidades habitacionais, sua implantação final possui 2.456 unidades, o que o transformou no maior conjunto habitacional produzido pelos IAPs no período.

Os IAPs foram seguidos, a nível nacional, pela criação da Fundação Casa Popular, em 1946. Em Porto Alegre, o primeiro órgão público da Prefeitura, com funções específicas para executar a política habitacional, foi a Superintendência de Habitação, criada em 1940. Posteriormente, em 1951, a Superintendência foi convertida em Serviço da Habitação Popular (SHP) e, no ano seguinte, em 1952, transformou-se em Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP) (Fedozzi 2000).

Desde 1952, com a criação do DMCP, o governo municipal tinha como meta a desapropriação de grandes extensões de terra para a construção de conjuntos para habitação popular. No entanto, com o Golpe Militar e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH)/Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, o município perdeu o poder para continuar desenvolvendo suas ações na área habitacional. Em 1965, o DMCP passou por mudanças e foi transformado Departamento Municipal de Habitação Social (DEMHAB), configuração que se mantém até hoje. Desde sua criação até 1970, DEMHAB coordenou a construção de casas populares com recursos do Fundo Municipal de Habitação. Nos anos 1970 e 1980, utilizou recursos do Programa Federal de Habitação, via Banco Nacional da Habitação (BNH) (DEMHAB, 2015).

Como aconteceu em outras cidades brasileiras, durante o período da ditadura militar e do BNH (1964-1985), a administração municipal de Porto Alegre atendeu os interesses empresariais, operando vários investimentos em áreas estruturadas da cidade, em que residiam as classes mais abastadas, incluindo investimentos em áreas urbanas valorizadas pelo mercado imobiliário.

Até 1986, o DEMHAB atuou exclusivamente com investimentos federais do BNH, implementando os programas do governo federal. Um exemplo, foi o projeto intitulado Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), criado em março de 1976 pelo Conselho Administrativo do BNH como uma nova opção de financiamento, que pretendia promover a recuperação de áreas urbanas em decadência.

Um dos principais parâmetros do programa foi a racionalização dos investimentos em infraestrutura urbana, pelo meio de "critérios objetivos". As exigências para a implantação do Plano CURA eram: a delimitação de áreas territoriais executadas pela prefeitura, denominando-se "área Cura"; a composição de um plano urbanístico para as áreas delimitadas; a justificação do plano urbanístico a partir de estudos físicos e socioeconômicos; a comprovação da viabilidade das obras e a utilização de mecanismos fiscais e de mercado para o conseguimento dos objetivos do programa" (Serra, 1991). Nesse processo, novamente, as remoções de população de baixa renda de áreas centrais consideradas irregulares ou inadequadas para bairros periféricos foi a regra (Souza, 2008).

No período, em consonância com os programas federais, entre os programas desenvolvidos em Porto Alegre estão: PROGENTE (1975), destinado a levar infraestrutura urbana aos bairros com presença de "sub-habitação" (áreas com favelas ou com forte presença de precariedade), sem deslocar a população para locais distantes do centro da cidade; o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROLIFURB), de 1979; o Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM), de 1979; e o Programa de Erradicação de Sub-Habitações (PROMORAR), de 1980 (Figura1). Segundo o DEMHAB (2015), entre 1965 e 1988, através desses programas, foram entregues pouco mais de dez mil unidades habitacionais no município de Porto Alegre (Carpenedo, 2011).

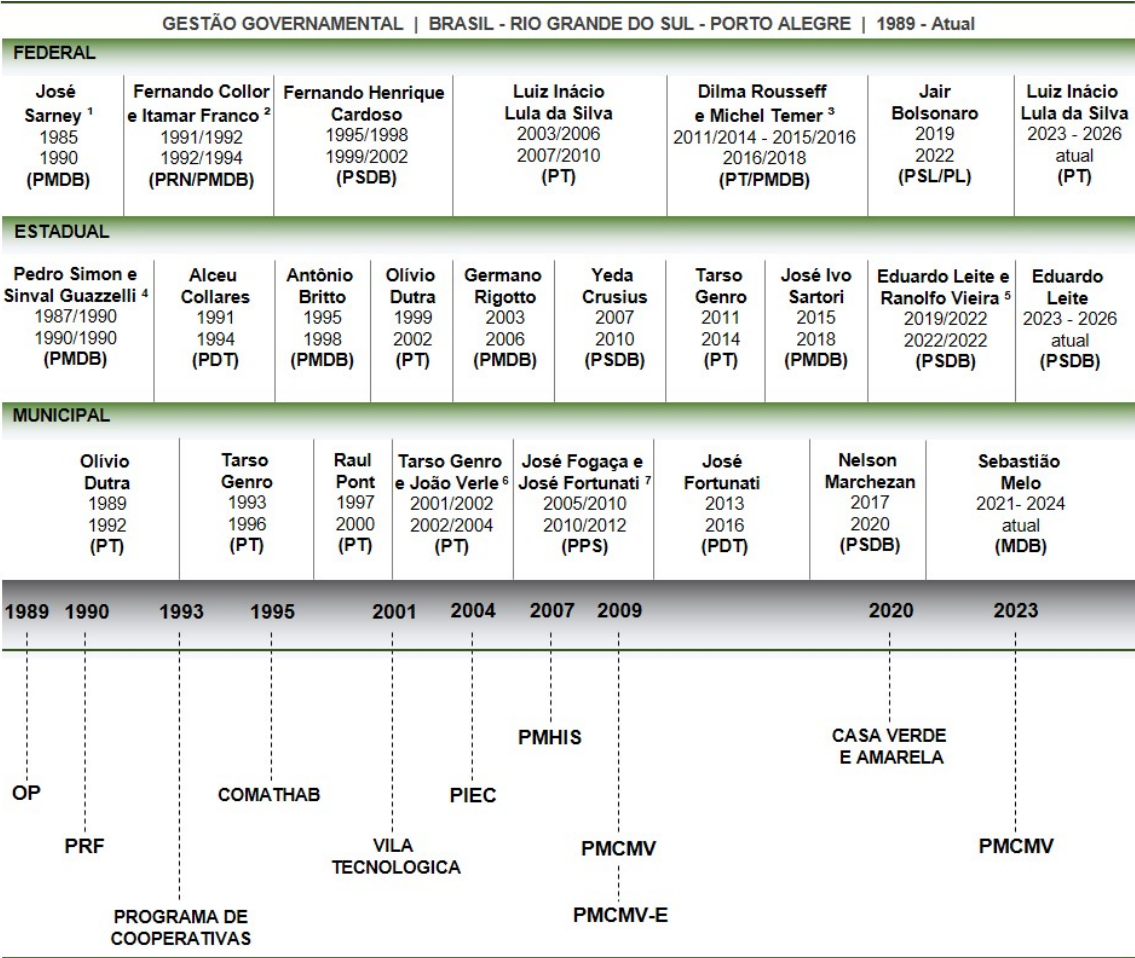
Em 1979 foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) que definia:

O módulo adotado deriva do conceito de que a cidade deveria estar espacialmente distribuída de acordo com as atividades desenvolvidas pelos seus habitantes, criando-se áreas especializadas segundo as predominâncias de uso do solo, tais como: residencial, comercial e de serviços, industrial, áreas de lazer e cultura e áreas de circulação. (...) A imagem urbanística que se faz de uma unidade deste tipo configura uma pequena cidade, autossuficiente nas suas funções diárias, na qual seus habitantes, mediante deslocamento a pé, têm solucionado com tranqüilidade e economia suas necessidades básicas (Porto Alegre, 1º PDDU, 1980, p. 15).

O novo aparato legal, no entanto, não incluía as demandas sociais.

institucionalizado em 1989, no primeiro ano da gestão Olívio Dutra, como forma de garantir e valorizar a participação popular na definição de políticas governamentais.²

Figura 2: Quadro Gestões Governo Local (Porto Alegre), Estadual (RS) e Nacional (Brasil), 1989-2023.



¹ Tancredo Neves e seu vice José Sarney foram eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral. Deveriam assumir a posse em março de 1985. Contudo, o presidente Tancredo Neves, adoeceu gravemente e morreu pouco antes de tomar posse do cargo. Assim, Sarney assumiu a presidência da República em abril do mesmo ano. Durante seu mandato, foram restabelecidas as eleições diretas para presidente, prefeito e governador. E também, foi promulgada a Constituição brasileira de 1988 por uma Assembleia Nacional Constituinte.

² Fernando Collor tornou-se presidente do Brasil em 1990. Após denúncias de corrupção, sofreu impeachment e foi afastado da presidência em 1992. Seu vice-presidente Itamar Franco, passou a ser o novo presidente da República de 1992 até 1994.

³ Depois de ter sido reeleita, a presidenta Dilma Rousseff, foi vítima de um golpe parlamentar em 2016. Após o seu impeachment, quem assumiu a presidência foi o então vice-presidente Michel Temer, até o final do mandato em 2018.

⁴ Em abril de 1990, Pedro Simon afastou-se do governo do Rio Grande do Sul para tentar a reeleição para senador da República daquele ano, sendo substituído no cargo pelo vice-governador Sinval Guazzelli.

⁵ Em 2022 o vice-governador, Ranolfo Vieira assumiu o governo do Estado. Eduardo Leite, renunciou o comando para disputar as eleições do mesmo ano. Entretanto, o candidato não disputou nenhum cargo.

⁶ Em abril de 2002, o então prefeito Tarso Genro renunciou ao cargo para concorrer a governador do estado e, o vice, João Verle assumiu o cargo de prefeito.

⁷ Prefeito reeleito, José Fogaça renunciou ao segundo mandato no ano de 2010 para disputar o Governo Estadual. O vice-prefeito, José Fortunati assumiu a prefeitura de Porto Alegre. E, em seguida, Fortunati também foi reeleito prefeito da cidade.

Fonte: Teodoro, 2024.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, com a ausência de programas habitacionais federais, o DEMHAB voltou-se para a criação de novos programas e projetos na cidade, todos financiados pelo Fundo Municipal de Habitação e guiados pela participação popular. Em 1990,

foi criado o Programa de Regularização Fundiária (PRF), executado pela Secretaria de Planejamento Municipal com o propósito de regularizar áreas ocupadas por sua população de origem. Em 1993, foi instituído o Programa de Incentivo às Cooperativas Habitacionais.³ A participação popular e a vinculação com o OP induziram à organização de grupos em cooperativas destinadas à aquisição de terrenos, formação de poupança, produção e licenciamento de projetos e orientação técnica. (Campos; Tabbal; Carpenedo, 2014).

Outras iniciativas de participação popular no que se refere às demandas habitacionais foram criadas no período. Um exemplo relevante de efetividade desse fluxo foi a criação, em 1995, do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB). A criação do Conselho possibilitou a participação direta de seus representantes no planejamento, execução e fiscalização da política habitacional. O Conselho, que existe até hoje, é composto por representantes de entidades populares de caráter comunitário, entidades de classe e empresariais e órgãos estatais – municipais, estaduais e federais. Possui a prerrogativa legal de gerenciar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) (DEM HAB, 2008). Importante lembrar que a criação do Conselho é anterior à exigência definida pelo Estatuto da Cidade, em 2001.

Entre os projetos e iniciativas dos anos 2000, merecem destaque: Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC); Projeto de Habitação de Interesse Social do Município de Porto Alegre; projeto loteamento Vila Tecnológica, de 2001; e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, de 2007.

Em 2009, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os programas locais foram paralisados e totalmente suplantados pelo novo programa federal. Ainda que o programa tenha sido paralisado em 2020⁴ e retomado em 2023, com o início da terceira gestão Lula no governo federal, nenhum novo programa habitacional local surgiu nesse período.

Na cidade de Porto Alegre a questão da habitação, assim como no restante do Brasil, apresenta números preocupantes. Dados evidenciam enorme demanda por habitação e ao mesmo tempo em que estoque de móveis ociosos aumenta, principalmente no centro da cidade. Entre os anos de 2010 e 2022, o número de imóveis vagos mais que dobrou na cidade de Porto Alegre. No Censo Demográfico de 2010, foram identificados 48.934 imóveis vazios. Já no levantamento mais recente, de 2022, o número passou para 101.013 imóveis vagos.⁵ Lembrando que o déficit habitacional da Região Metropolitana de Porto Alegre é estimado em cerca de 90 mil moradias, quantidade inferior ao de domicílios vagos (Sul21, 2024).

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

O Orçamento Participativo de Porto Alegre esteve inserido, desde seu início, na luta pela ampliação da participação popular, luta consolidada no Brasil ao longo dos anos 1980 (GOHN, 2008). Com o início de sua gestão na prefeitura, Olivio Dutra foi responsável pela inovação do

mecanismo de participação. Em sua essência, o OP tinha como objetivo garantir que as demandas sociais fossem contempladas e levadas em consideração no projeto de lei orçamentária enviado pelo Poder Executivo Municipal à Câmara de Vereadores, prevalecendo o acompanhamento durante toda a fase de execução do orçamento pela Prefeitura.

De acordo com Genro e Souza, a experiência do OP foi incomum:

Não se tratou simplesmente de “incentivar” a participação popular de uma forma espontânea, “fazer obras” ou simplesmente “azeitar” os mecanismos de democracia formal. Na verdade, foi criado um novo centro decisório que, juntamente com o Poder Executivo e o Legislativo, democratizaram efetivamente a ação política e integraram os cidadãos comuns num novo “espaço público”. Um espaço público não-tradicional, que potencializou o exercício dos direitos da cidadania e instigou os cidadãos a serem mais exigentes e mais críticos (Genro; Souza, 2001, p.12).

De forma bastante resumida, o processo da participação comunitária previsto pelo OP era dividido em três etapas: (1) a primeira etapa consistia na realização das Assembleias Regionais e as Assembleias Temáticas, sendo que ambas aconteciam ao mesmo tempo e com o mesmo formato, porém as Regionais abordavam as demandas de territorialidades e as Temáticas debatiam temas específicos de cada região; (2) a segunda etapa previa a formação das instâncias institucionais de participação como, por exemplo, o Conselho do Orçamento Participativo; (3) a terceira etapa discutia o orçamento do Município e aprovava o Plano de Investimentos através dos representantes comunitários no Conselho do Orçamento Participativo (Fedozzi, 1997).

Do ponto de vista territorial, a cidade foi dividida em dezesseis regiões (ver Figuras de 4 a 9). Já em relação às temáticas, foram definidas cinco temáticas principais, em função das quais eram definidas as demandas e efetuados os investimentos e projetos: (1) Transporte e Circulação; (2) Educação, Lazer e Cultura; (3) Saúde e Assistência Social; (4) Desenvolvimento Econômico e Tributação; e (5) Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano (ver Figura 3).

Desde sua implantação, as demandas apresentadas pela população nas assembleias do OP eram variadas e refletiam as necessidades e preocupações dos cidadãos. Entre algumas das principais demandas identificadas estão: na Infraestrutura Urbana, reivindica-se a melhoria das ruas, calçadas, praças, ciclovias, iluminação pública e transporte público buscando ações que melhorem a qualidade de vida e facilitem a mobilidade urbana; na Educação, discute-se a construção e reforma de escolas, creches e espaços educacionais, bem como o investimento em qualificação de professores e programas de educação inclusivos; na Saúde, busca-se a ampliação e melhoria do atendimento nas unidades de saúde, a construção de novos postos de saúde, hospitais e a disponibilidade de medicamentos e profissionais de saúde capacitados; na Segurança, aborda-se a ampliação do policiamento, a melhoria da iluminação pública e a implantação de programas de prevenção da violência; na Cultura e Lazer, articula-se a criação de espaços culturais, bibliotecas, teatros, a realização de eventos culturais e a

oferta de atividades esportivas e de lazer; no Meio Ambiente, aborda-se a preservação de áreas verdes, a ampliação de parques, a limpeza de praças e o manejo adequado de resíduos sólidos; e na Habitação, reivindica-se o acesso à moradia digna, não discriminando e priorizando grupos vulneráveis, assim como a segurança da posse de todas as famílias que têm o direito de morar sem medo de sofrer remoção.

A Prefeitura de Porto Alegre mantém, em sua página web, um banco de dados com informações sobre as obras executadas e em desenvolvimento pelo OP, a partir das demandas aprovadas, entre os anos 1989 e 2010 - (http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp1.asp)

Os dados apresentados e analisados a seguir foram retirados desse banco de dados. Importante destacar que não existe qualquer informação sobre o OP a partir de 2011, ainda que o programa não tenha sido oficialmente descontinuado.

HISTÓRICO, DEMANDAS E INVESTIMENTOS DO OP

De acordo com Beras (2009, p. 49), pode-se dividir os quatro mandatos da Frente Popular em quatro períodos distintos, ainda que se trate de gestões do Partido dos Trabalhadores:

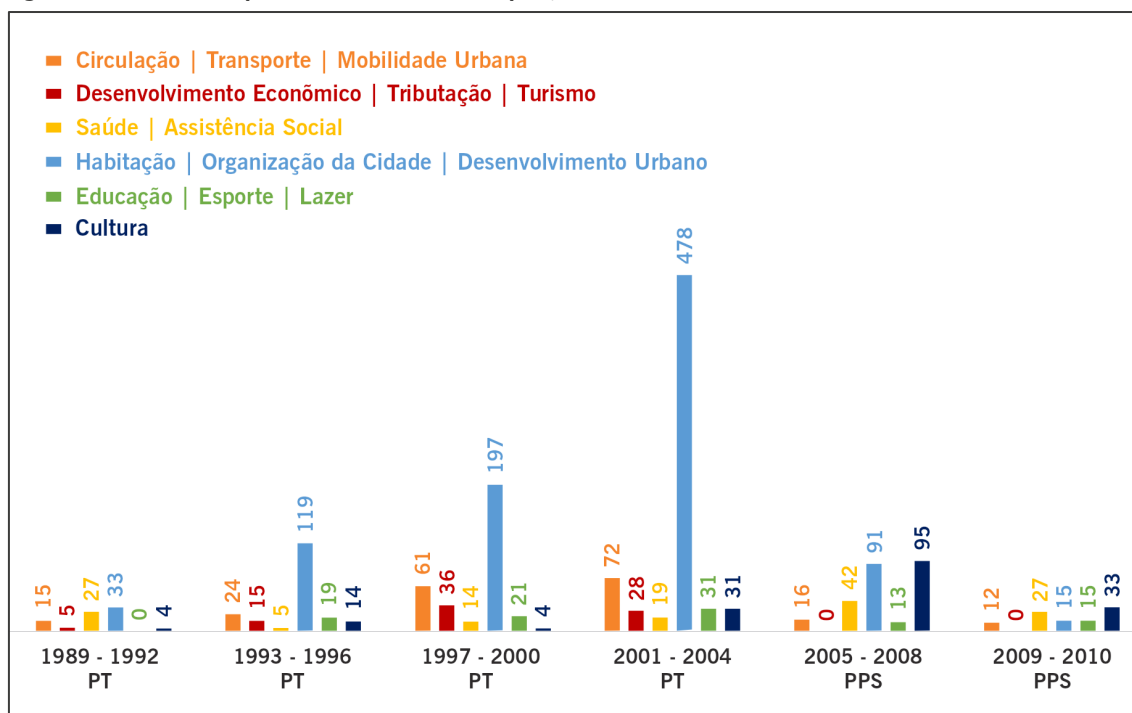
- 1989-1992 - a gestão Olivio Dutra, iniciou o novo processo de institucionalização nas relações entre comunidade e Prefeitura.
- 1993-1996 - sob a gestão Tarso Genro, consolidou-se o hábito democrático. A experiência começa a criar força, tanto nos resultados como no seu processo de normatização.
- 1997-2000 - a gestão Raul Pont foi responsável pela consolidação do processo de especialização da experiência. A objetividade de organizar a sociedade e os objetivos de organizar o OP tendem a desaparecer formando um único grupo organizado.
- 2001-2004 - no último mandato do PT a frente do governo municipal, segundo mandato de Tarso Genro (em 2002, assume o vice), buscou-se uma nova tentativa de institucionalização, retomando a ampliação das formas de cogestão, do pensar e fazer coletivo.

A Figura 3 mostra o quadro geral das demandas aprovadas pelo OP entre os anos de 1989 e 2010, por gestão e por temas principais. Em destaque são apresentadas também as demandas identificadas como de "Moradia", no âmbito do tema "Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano".

Duas informações merecem destaque: nota-se o número crescente de demandas aprovadas pelo OP por gestão, com o pico durante a última gestão do PT, gestão Tarso Genro/João Verla (2001-2004); e também a importância das demandas não diretamente relacionadas à provisão de moradia no eixo "Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano",

que incluíam demandas de melhoria na infraestrutura e no espaço urbano de forma geral (em ruas, calçadas, praças, ciclovias, iluminação e transporte público).

Figura 3: Demandas OP por Gestão e Temas Principais, 1989-2010.



Fonte: Teodoro, 2024.

O aumento sistemático das demandas aprovadas e suas características podem ser explicadas pela consolidação do OP no âmbito das gestões petistas e da própria participação popular, conforme apontado por Beras (2009).

A MORADIA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

O tema que teve o maior número de demandas desde o primeiro momento e um aumento crescente durante os anos de mandatos do PT (1989 até 2005) foi o (4) *Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano*. As demandas abrangiam desde pequenas execuções referentes ao saneamento básico como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, até regularização fundiária e a construção de habitações via programas habitacionais.

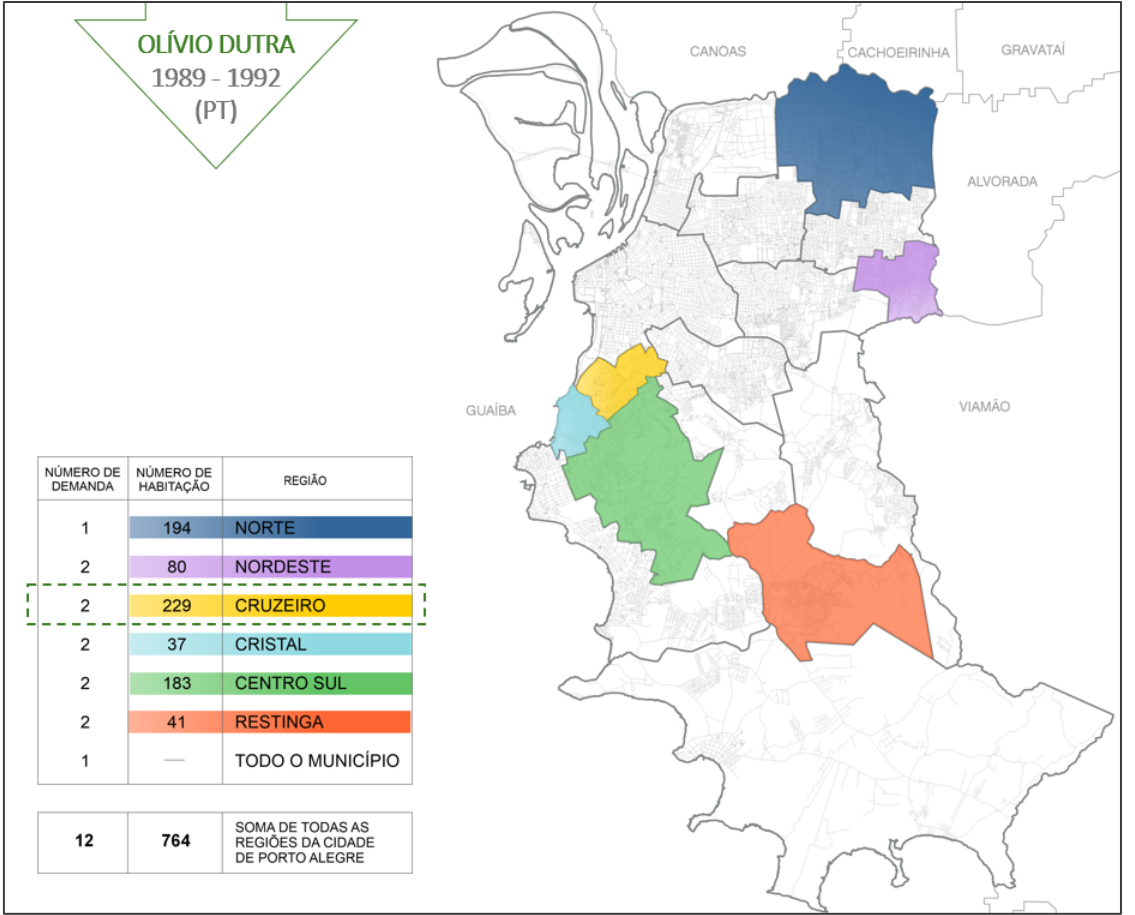
Durante os dezesseis anos com o Partido dos Trabalhadores à frente da gestão municipal, é possível verificar o avanço no quesito participação cidadã, ainda que seja possível questionar a forma como essa participação se deu (Fedozzi, 2000). O OP trouxe a possibilidade efetiva da população discutir e decidir qual seria o destino do orçamento público e as políticas públicas de acordo com as demandas de cada região.

A demanda concentrada na “Habitação” levou à prevalência do trabalho da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), em especial com a demanda por abertura e a pavimentação de novas ruas, num total de trinta e três demandas apenas no mandato Olívio Dutra. No que diz respeito à Habitação *stricto sensu*, o número se restringia a doze demandas específicas para a moradia nas diferentes regiões de Porto Alegre.

Essas primeiras demandas foram responsáveis pela produção de 764 novas moradias ou embriões em Porto Alegre entre 1989 e 1992, sendo: 463 embriões; 220 sobrados; 80 unidades; e um único protótipo. Também nesse novo ciclo, o DEMHAB foi órgão responsável pela produção das novas unidades habitacionais.

A Figura 4 mostra a localização das unidades habitacionais viabilizadas pelo OP na gestão Olívio Dutra. Ainda que os números sejam bastante tímidos (764 unidades habitacionais), merece destaque o fato de que a maior parte delas está localizada nas regiões do Cruzeiro, Cristal e Centro-Sul, áreas bastante centrais

Figura 4: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão Olívio Dutra (1989-1992).

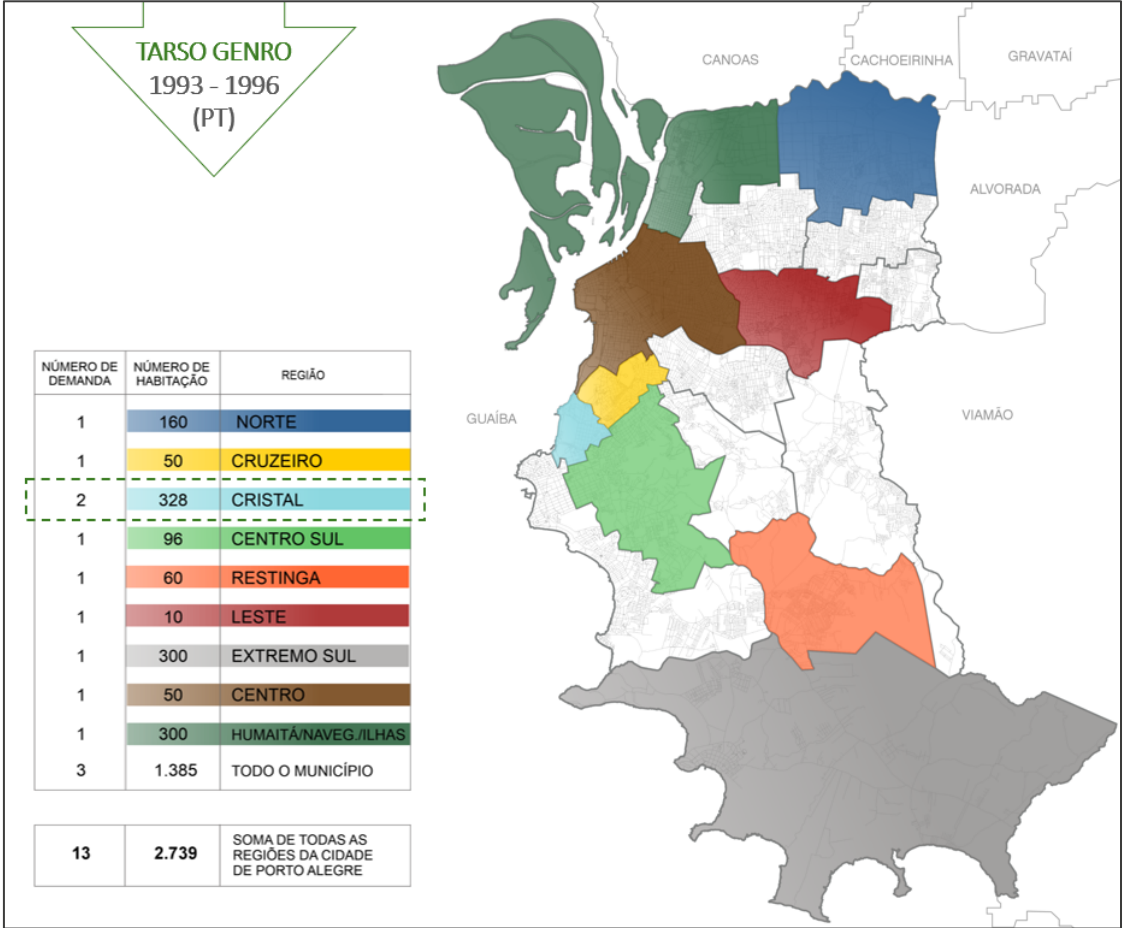


Fonte: Teodoro, 2024.

Entre 1993-1996, durante a primeira gestão Tasso Genro, observou-se um aumento pouco significativo do número de demandas geradas pelo OP no tema Habitação: foram treze demandas, apenas uma a mais que no mandato anterior. Porém, do ponto de vista do número de unidades habitacionais produzidas, houve um aumento expressivo: foram produzidas

2.739 novas unidades, um número quase quatro vezes mais que o do ciclo anterior. No entanto, ainda que regiões mais centrais continuassem a receber novas unidades, como mostra a Figura 5, regiões periféricas, como Extremo Sul, Restinga e Norte, recebem 30% das novas moradias.

Figura 5: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão Tarso Genro (1993-1996).



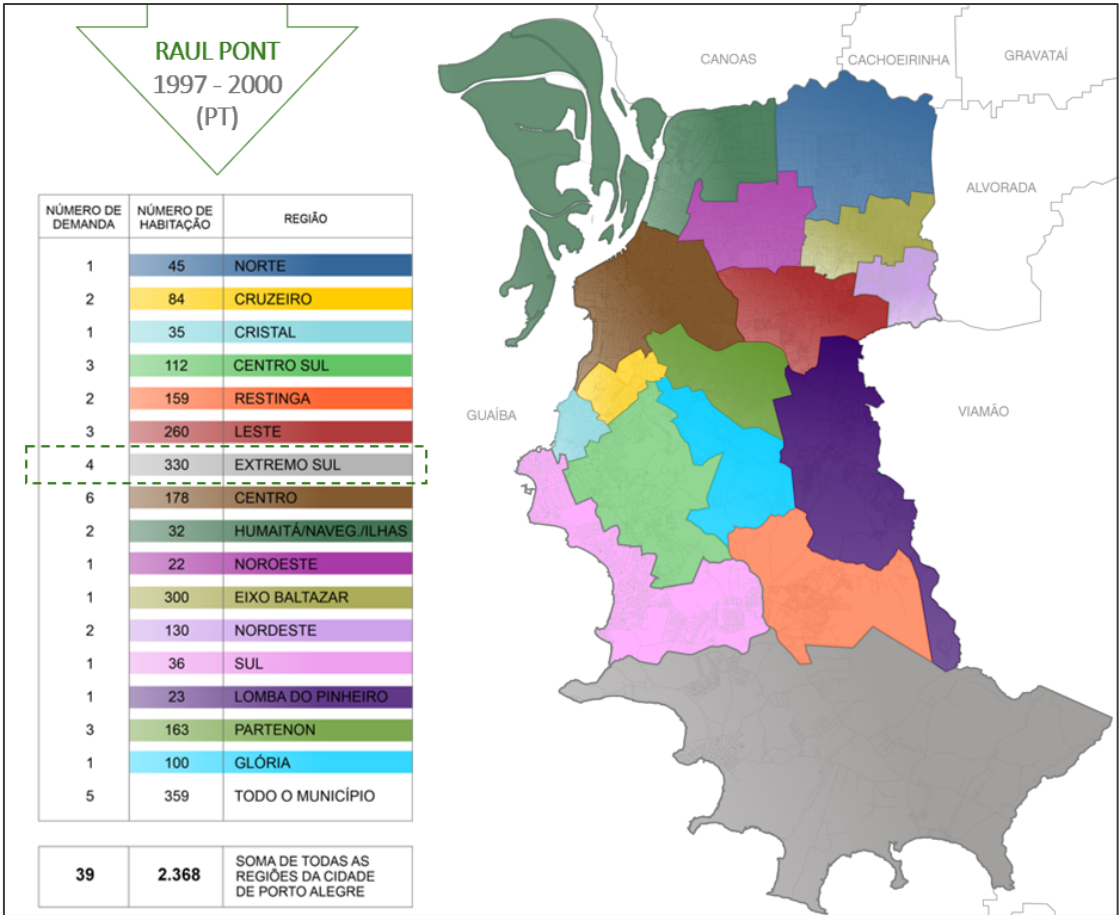
Fonte: Teodoro, 2024.

Durante o mandato de Raul Pont (1997-2000) a construção de novas moradias via OP se espalhou por todas as regiões da cidade, como pode ser visto na Figura 6. No entanto, ainda que este tenha sido o mandato com maior número de demandas na área de Habitação (39), o número total de novas moradias – 2.368 –, não alcançou o produzido na gestão anterior. Soma-se a isso, a consolidação da produção de novas unidades em regiões periféricas da cidade. A região Extremo Sul recebeu o maior número de novas moradias: 170 unidades destinadas ao reassentamento das famílias da Vila Nossa Senhora de Belém e Beco do Adelar; 30 unidades destinadas ao reassentamento das famílias da Vila Esperança e; 100 unidades destinadas ao reassentamento das famílias da rua “E”.

Nesse período, as “moradias concluídas” correspondam tanto à construção inicial de uma habitação até a reforma ou ampliação de moradias existentes, processo este normalmente organizados por Cooperativas Habitacionais. A exemplo das Cooperativas Coqueiros e

Malvinas, que em 1999 tiveram respectivamente 50 e 40 unidades habitacionais reformadas e ou ampliadas (Teodoro, 2024).

Figura 6: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão Raul Pont (1997-2000).



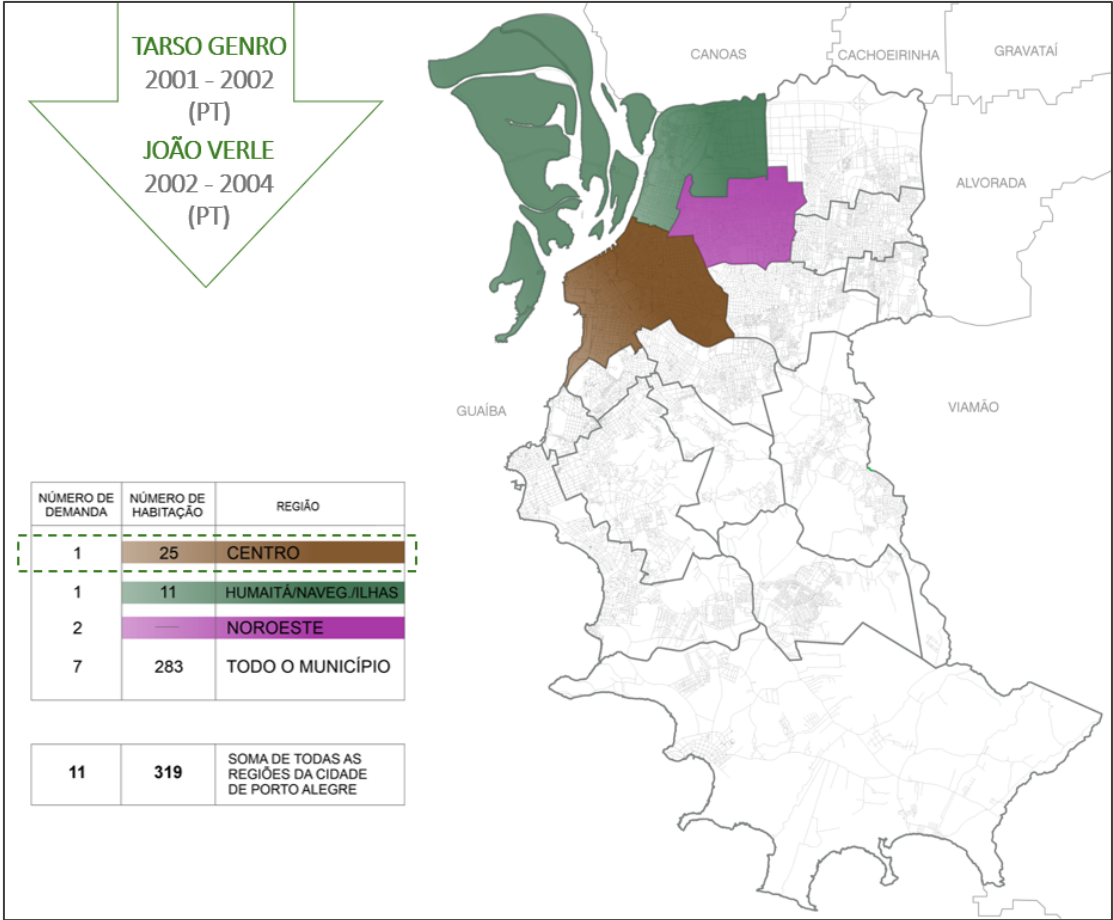
Fonte: Teodoro, 2024.

No quarto e último mandato municipal do PT (2001-2004), como já apontado, foi o período com o maior número de demandas na área da "Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano", totalizando 478 demandas. Destas, apenas 11 demandas correspondiam à construção de novas moradias. Em função disso, o número total de moradias construídas é ainda menos representativo: apenas 319, número bastante inferior ao dos anos iniciais do OP. Por outro lado, obras de melhorias urbanas foram viabilizadas por toda a cidade.

Além do baixo número de novas unidades produzidas, sabemos a localização de apenas 42 (13%) delas. Destas, 25 unidades foram destinadas ao reassentamento das famílias da antiga Vila Zero Hora, na região central; 11 unidades habitacionais foram construídas na denominada Vila Dona Teodora, próximo ao aeroporto Salgado Filho, na região Humaitá/Navegantes/Ilhas; e 06 unidades foram construídas na região Noroeste, para o reassentamento das famílias da Vila Anita Garibaldi, região onde também foram construídas unidades habitacionais para o reassentamento de famílias do Jardim Floresta (Figura 7).

As demais 283 unidades produzidas nesse período têm como localização “Todo o Município”. No sistema municipal também é possível identificar que ocorreram financiamentos para a implantação de infraestrutura urbana ou construção de unidades habitacionais através de mutirão (em 2001 e 2002), nas áreas das Cooperativas Habitacionais Autogestionárias, porém sem a indicação do valor do financiado ou a localização específica.

Figura 7: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão Tarso Genro/João Verle (2001-2004).



Fonte: Teodoro, 2024.

Os dados disponíveis a partir de 2005, primeiro ano de mandato de José Fogaça, estão desordenados, com poucas informações sobre os números concretos de unidades habitacionais construídas através das demandas do OP. A partir dos dados disponíveis foi possível aferir que, entre 2005 a 2008, foram beneficiadas oito, das dezesseis regiões da cidade com a construção de novas moradias. Das oito regiões destacadas (Figura 8), em apenas três (Centro, Noroeste e Eixo Baltazar) foi possível verificar parcialmente o número de habitações concluídas – 94, 29 e 100, respectivamente.

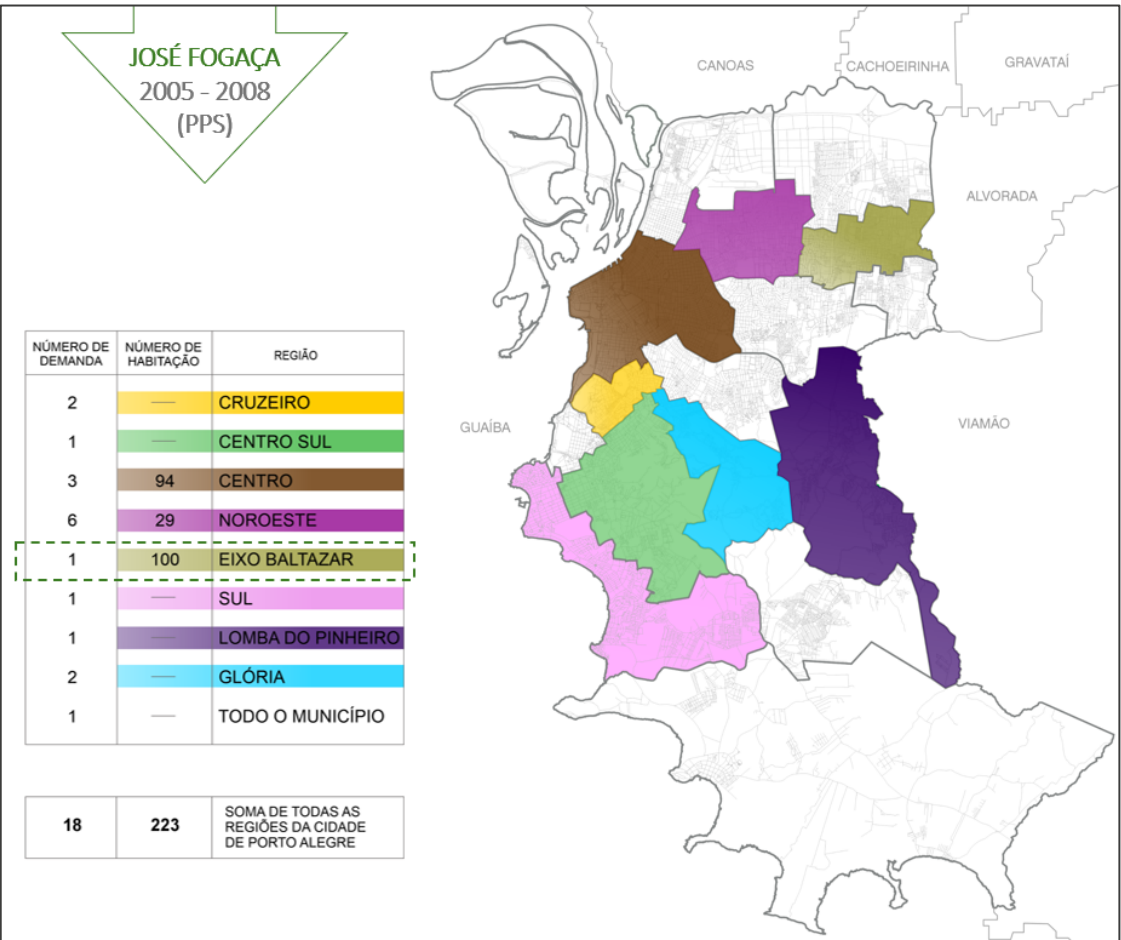
A região Centro foi favorecida com: 15 unidades habitacionais para a Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), filiada à União de Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Feirantes e Camelôs do Brasil (UNICAB); 15 unidades para a Integração dos Anjos; 15 unidades para a Princesa Isabel; 15 unidades para o Fórum de População de Rua; 15 unidades para a população Cabo Rocha; e 04 unidades para as famílias do Mocambo. Houve, também, a

construção de unidades habitacionais para as famílias do Movimento de Luta pela Moradia Integração dos Anjos, porém, não consta o número efetivo de famílias beneficiadas.

Na região Noroeste, foram atendidas 29 famílias com a construção de moradias. Outras ações referentes à questão habitacional também foram realizadas na região (não constam dados numéricos) como: a construção de unidades habitacionais destinadas ao assentamento de moradores “de favor” e aluguel do bairro Passo D’Areia; a continuidade do processo de urbanização com construção de unidades habitacionais na vila Cosme Galvão; a construção de unidades habitacionais para moradores “de favor” e aluguel do grupo Alberto Silva; e, a compra de áreas para a construção de unidades habitacionais, assim como a complementação de recursos para concluir moradias, complementando outras demandas já realizadas.

Na região Eixo Baltazar, foram adquiridas áreas ou lotes com urbanização e unidades habitacionais para aproximadamente 100 famílias da Associação Comunitária Costa e Silva. Outras obras na área da habitação social foram concluídas nesse mesmo período (2005-2008), porém o sistema da prefeitura não possui dados sobre os projetos, apenas uma possível localização referente às regiões Cruzeiro, Centro Sul, Sul, Lomba do Pinheiro e Glória.

Figura 8: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão José Fogaça (2005-2008).

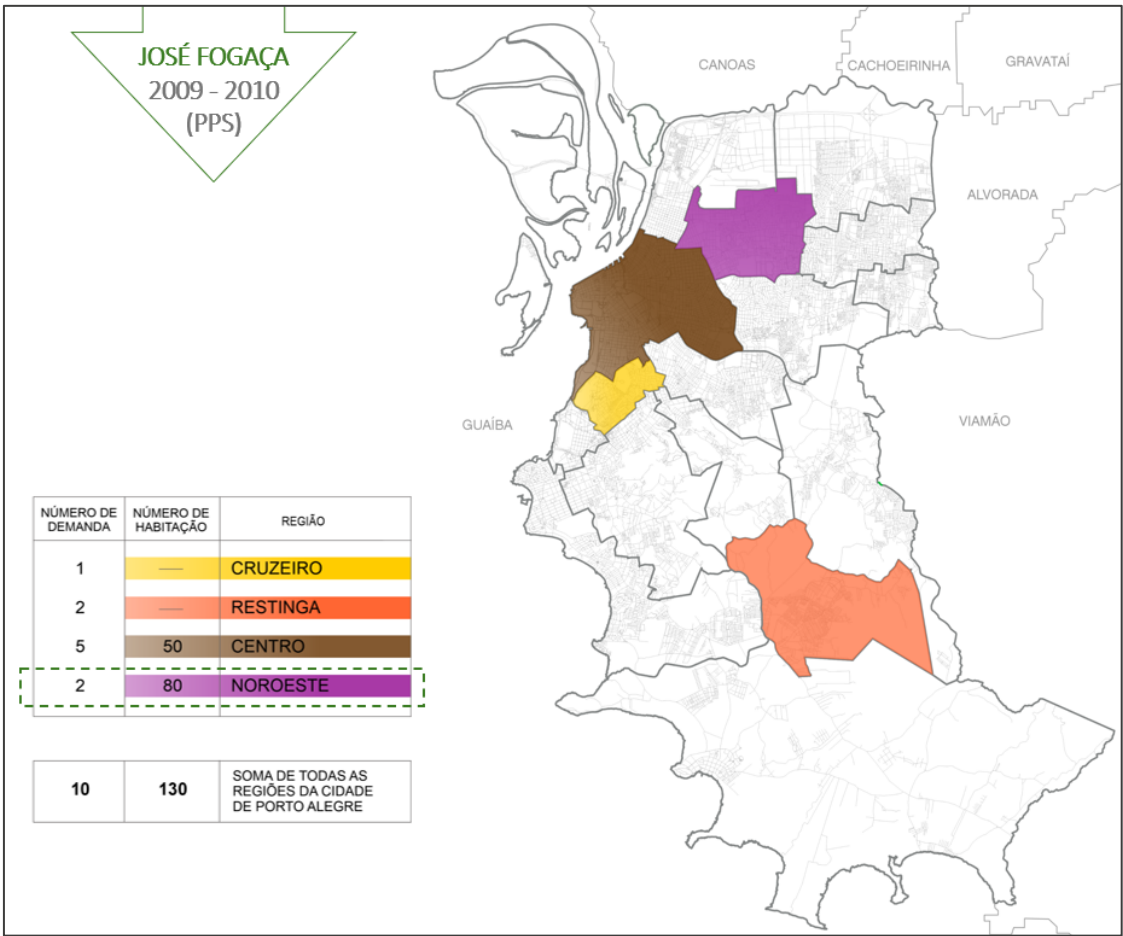


Fonte: Teodoro, 2024

Por fim, constatou-se que em 2005, assim como em 2004, obras de infraestrutura, loteamento e construção de unidades habitacionais em diferentes pontos da cidade foram realizadas com verbas do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social (FUNDOPIMES).

Em 2009 e 2010, últimos dois anos de gestão José Fogaça, quatro regiões da cidade mantiveram construções de moradias através das demandas do OP: Cruzeiro; Restinga; Centro e Noroeste. Porém, só existem dados disponíveis para as regiões Centro e Noroeste (Figura 9).

Figura 9: Unidades Habitacionais pelo OP produzidas por região, gestão José Fogaça (2009-2010).



Fonte: Teodoro, 2024.

Na região Centro em 2009, foram construídas 50 unidades habitacionais: 10 unidades para a Associação Feira da Rua da Praia (ASFERAP); 10 unidades para a Integração dos Anjos; 10 unidades para o Fórum População Adulta de Rua; 05 unidades para a área Cabo Rocha; 05 unidades para a área Mocambo; e, 10 unidades para a Otto Ernest Meyer. Ainda no mesmo ano, ocorreu a complementação de recursos para a demanda do Plano de Investimentos de 2008/687, que contemplava a construção de moradias para a Integração dos Anjos, ASFERAP, Condomínio Princesa Isabel, Juliano Moreira, Otto Ernest Meyer e Cabo Rocha. Já em 2010, houve a urbanização da Vila Sossego (centro da cidade) com, pelo menos, 50% dos recursos destinados à habitação na região e os outros 50% para diferentes regiões da cidade.

Em 2009, houve a complementação de recursos para construção de unidades habitacionais na região Noroeste. E, em 2010, houve a compra do terreno para a construção de moradias para 80 famílias via Programa Minha Casa Minha Vida. Nas regiões Cruzeiro e Restinga, são mencionadas construções de moradia, porém, não constam números efetivos para essas áreas.

Ainda que os dados a partir de 2005 não estejam completos, a Tabela 1, abaixo, apresenta um quadro geral das demandas do Orçamento Participativo no eixo “Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano”, no subeixo “Habitação” e o número total de novas unidades habitacionais efetivamente produzidas em cada mandato municipal.

Tabela 1: OP Porto Alegre – Demandas e Número de Habitações Construídas por mandato (1989-2010)

MANDATOS DEMANDAS E UHS CONSTRUÍDAS PELO OP	NÚMERO DE DEMANDAS		HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS
	Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano	Habitação	Unidades Habitacionais
1989 - 1992 Olívio Dutra (PT)	33	12	764
1993 - 1996 Tarso Genro (PT)	119	13	2.739
1997 - 2000 Raul Pont (PT)	197	39	2.368
2001 - 2002 Tarso Genro (PT) 2002 - 2004 João Verle (PT)	478	11	319
2005 - 2008 José Fogaça (PPS)	91	18	223
2009 - 2010 José Fogaça (PPS)	15	10	130
TOTAL	933	103	6.543

Fonte: Teodoro, 2024.

No que diz respeito à moradia no OP de Porto Alegre, é apenas durante o primeiro mandato Tarso Genro (1993-1996) e o mandato Raul Pont (1997-2000) que a provisão habitacional tem algum tipo de protagonismo. A partir de 2001, ainda que seja o momento de maior prestígio do OP, a provisão habitacional perde paulatinamente sua relevância.

CONDOMÍNIO HABITACIONAL DOS ANJOS

Entre os muitos projetos viabilizados pelo OP, apresentamos brevemente o projeto do Condomínio Habitacional dos Anjos, construído na região Centro, no bairro Jardim Botânico. Localizado em área central, com infraestrutura urbana consolidada, próxima a áreas verdes, de lazer, transporte e empregos. O condomínio foi construído na área onde se localizava originalmente o assentamento Vila das Placas. A Vila (nome local para o que em outras regiões brasileiras chamamos muitas vezes de favela) se consolidou em terreno no meio de um quarteirão ao longo da avenida Ipiranga, com a construção de casebres de madeira durante os anos 1970 (Figura 10). O nome “vila das placas” veio da instalação, em 1982, de placas

publicitárias ao longo da avenida para esconder a vista da comunidade, que comportava 60 famílias.

Figura 10: Antiga Vila das Placas na Avenida Ipiranga (sem data).



Fonte: Arquivo Demhab.

Com os primeiros casebres construídos no início dos anos 1970, o acesso a rede de água e energia se deu apenas nos anos 1980, através de ligação feira a partir da escola de samba Embaixadores do Ritmo, localizada ao lado da vila. Em 1986, é criada a Associação de Moradores. Em 1989, já no primeiro ano da gestão Olivio Dutra, as famílias começam a se mobilizar pela regularização do espaço habitacional na comunidade. Em 1991, representantes dos moradores começam a participar do OP, intensificando a reivindicação para obtenção do Direito Real de Uso do espaço urbano da vila. Em 1993 houve a inclusão da demanda por regularização fundiária no Orçamento Participativo, ano em que começou a ser elaborado um projeto que contemplava as 60 famílias residentes na Vila. No entanto, as obras não foram realizadas por falta de recursos. Em 1997 é eleito o primeiro delegado do OP residente na Vila. Neste mesmo ano, a comunidade foi contemplada com o Programa PROMORAR da Caixa Econômica Federal. Iniciaram-se, então, as reuniões com os técnicos do DEMHAB para a elaboração do projeto das futuras moradias. Os moradores se organizaram em comissões responsáveis pelas áreas de habitação, saúde, educação, esporte, lazer e cultura. O plano de investimentos da prefeitura para as obras de Implementação do Condomínio Habitacional Vila das Placas foi publicado em 1998. As obras tiveram início em 1999. No total, foram gastos R\$ 1.078.000,00 na construção do conjunto, dos quais, 61,69% foram aporte do município e 38,40% foram financiados pela Caixa Econômica Federal (BORBA; ALFONSIN; GONZÁLEZ, 2007).

A história do desenvolvimento do Condomínio dos Anjos retrata a luta por moradia via participação popular através do Orçamento Participativo. O processo participativo permitiu

não apenas a construção das unidades habitacionais, mas também a permanência das famílias em seu lugar de origem, a participação nas várias etapas do projeto, além da permanência da maior parte das famílias no local durante as obras.

Figura 11: Casas de passagem do Condomínio dos Anjos, s/d.



Fonte: Nascimento e Diligenti, 1999.

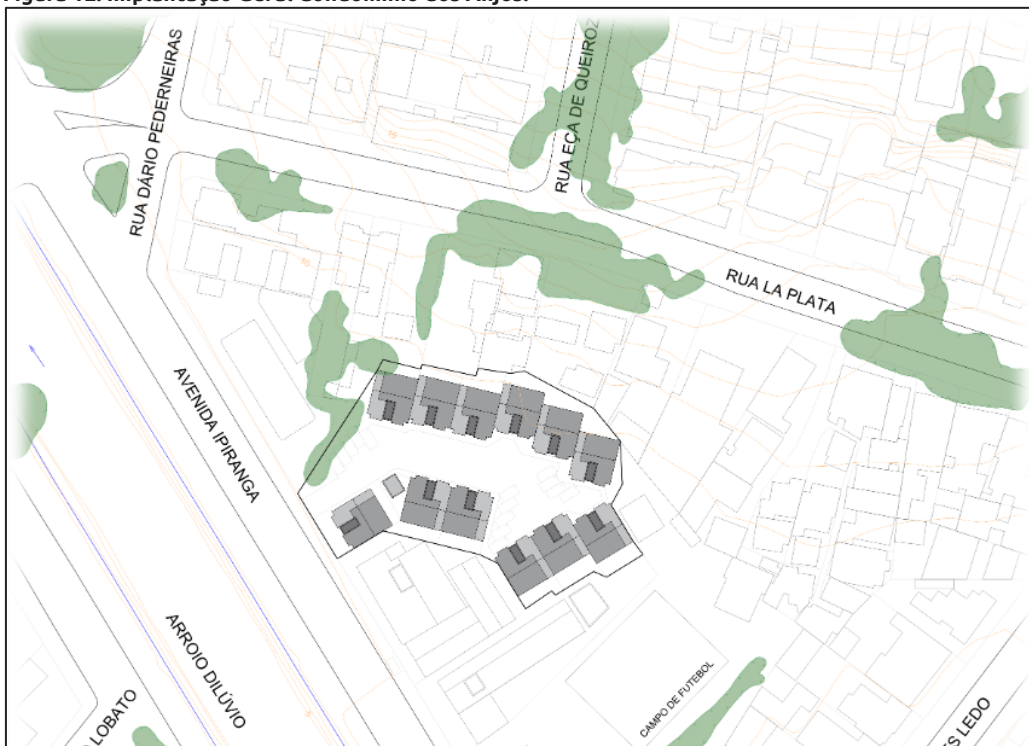
Durante as obras, 45 famílias permaneceram no local, vivendo na “Casa de Passagem” viabilizada pelo DEMHAB (Figura 11). As casas eram cômodos construídos em Madeirit. Ainda que as condições de moradia fossem bastante precárias, essa foi uma escolha das famílias, que preferiram permanecer na área como forma de garantir o acompanhamento das obras e a permanência no local.

As 45 famílias que permaneceram na Casa de Passagem ocuparam os novos apartamentos em setembro de 2000; as outras 15 famílias, que haviam deixado o local durante a construção, retornaram à área com as novas moradias em abril de 2001, quando a obra foi completamente concluída (BORBA; ALFONSIN; GONZÁLEZ, 2007).

O resultado alcançado, tanto na questão arquitetônica habitacional como no engajamento da participação popular no Condomínio dos Anjos, foi consequência do nível de organização mantido pela comunidade ao longo do tempo. Essa estrutura foi primordial no envolvimento da comunidade da antiga Vila das Placas nas discussões e acompanhamento do projeto habitacional do Condomínio dos Anjos. A mudança para a Casa de Passagem e transição para os novos apartamentos, foi amena e confiante. Como não houve alteração na convivência com a vizinhança, com o final das obras, houve uma grande aceitação do novo condomínio pelos moradores do entorno. Além disso, a implantação com um pátio central livre (Figuras 12 e 13, havia sido uma demanda dos próprios moradores:

As mulheres, principalmente, pressionaram para que houvesse um espaço entre os prédios para as crianças brincarem em segurança, sob a vigilância das mães. Sendo um espaço de uso comum, deveria ser zelado em conjunto e utilizado a partir de um consenso entre os moradores (Borba; Alfonsin; González, 2007, p. 270).

Figura 12: Implantação Geral Condomínio dos Anjos.



Fonte: Teodoro, 2024.

Figura 13: Implantação Condomínio dos Anjos.



Fonte: Teodoro, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação coletiva, repitamos, não começa necessariamente em organizações, mas em grupos, redes, correntes informais de pessoas inter-relacionadas que não são, portanto, indivíduos isolados, mas fazem, desde já, parte de uma rede. Quando falamos de movimento, este é o nível a que deveríamos nos referir. O que está envolvido é algo mais que indivíduos alimentando questões sociais. (Melucci, 1996, s/p)

A partir do quadro geral apresentado sobre os investimentos realizados pelo Orçamento Participativo de Porto Alegre no tema “Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano” é possível concluir que a questão da moradia foi de extrema relevância durante a vigência do programa, tendo sido o tema de maior importância durante as gestões do Partido dos trabalhadores (1989-2004). A participação cidadã e a deliberação sobre políticas habitacionais se mostraram fundamentais para o sucesso e efetividade do programa, sobretudo se considerarmos que o acesso à moradia digna tem impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos.

Ainda que o Orçamento Participativo de Porto Alegre tenha sido ferramenta importante para identificar e priorizar as demandas populares, obras de provisão habitacional e melhorias urbanas (como pavimentação, infraestrutura, etc) demandam recursos volumosos, quase sempre muito superiores ao orçamento local disponível. Para atender de forma ampla e eficiente as demandas da população, é necessário a articulação com programas e financiamentos das esferas estadual e nacional.

Mesmo que a questão dos recursos seja um limitador, a experiência gaúcha mostra que é essencial fortalecer a participação das comunidades e grupos de interesse na formulação e implementação de políticas habitacionais, garantindo que as necessidades e demandas das populações de baixa renda sejam adequadamente atendidas. O exemplo do Condomínio Habitacional dos Anjos mostra a importância da participação popular na conquista da moradia, mas também da permanência em seu lugar de origem e na qualidade da nova moradia, com projetos adequados às suas necessidades reais e usos cotidianos. Mostra também que ainda que o projeto só tenha sido viabilizado com aporte de programa do governo federal, o OP foi responsável por mais de 60% do investimento. Ou seja, sem a participação do governo local através do OP, o projeto não seria possível.

Além disso, é recomendável investir em capacitação e conscientização das lideranças locais e dos próprios moradores, a fim de promover uma participação efetiva e informada no processo de orçamento participativo. Também é crucial estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação mais robustos para acompanhar a execução das propostas relacionadas à habitação de interesse social, garantindo a transparência e a eficiência na alocação de recursos para essa área prioritária.

Ainda que com recursos limitados, o OP foi responsável por uma grande mudança social e urbana na cidade de Porto Alegre. As políticas públicas empregadas pelos governos municipais, considerando o período entre 1989 e 2005, foram históricas para o avanço da

participação social no planejamento urbano da capital gaúcha. Vale reforçar, que as eleições que definem os órgãos municipais, responsáveis pelas políticas públicas habitacionais, bem como as ações concretas que efetivam o desenvolvimento urbano da cidade, foram subordinadas à correlação de forças verificada nos diferentes momentos históricos.

O embate no protagonismo entre mercado/iniciativa privada e estado democrático autônomo define, para além das diversas opções e alternativas até hoje esboçadas, uma encruzilhada na opção por uma cidade segregada sócio espacialmente ou uma cidade inclusiva e democrática para todos. Nesse sentido, verifica-se que o silenciamento dos usuários/moradores da cidade encontra-se longe de ser superado enquanto perdurarem as concepções do modo de produção das “capitais do capital”, com a sua decorrente mercantilização radical do processo de urbanização e, conseqüentemente, da questão da moradia.

Apontar uma solução definitiva para a histórica desigualdade observada nas cidades na área habitacional, passa necessariamente por um amplo projeto de reformulação política. Nesse contexto, impõe-se uma nova articulação entre os segmentos sociais sob a forma de uma contundente ação transformadora que sustente a transcendência das democracias representativas formais pela emergência de democracias participativas reais e deliberativas.

Ao focar em um campo municipal e posteriormente estadual pode-se afirmar que o Orçamento Participativo, implementado inicialmente na gestão do então prefeito Olívio Dutra, caracterizou-se por uma transformação inovadora e de caráter inédito em uma metrópole com as dimensões de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Ao incluir a participação popular no processo deliberativo de investimentos da PMPA, rompeu com a lógica clientelista observada até então, onde o parlamento detinha as populações como refém dos interesses de grupos hegemônicos, em sua maioria de dominação e exploração das classes menos favorecidas economicamente (se considerarmos a realizada atual das emendas parlamentares e orçamento “paralelo”, o contraponto com o OP é ainda mais relevante).

Tendo em vista a profundidade das alterações propostas no OP, a resistência dos setores conservadores, a implementação e expansão deste processo deu-se ininterruptamente ao longo do exercício das gestões municipais do PT.

Considerando o âmbito federal, com as suas devidas interpelações regionais, pode-se afirmar que o Programa Minha Casa Minha Vida foi um marco importante na política habitacional brasileira. Deve-se enfatizar o sucesso em relação aos aspectos quantitativos de produção de moradia, mas não do ponto de vista qualitativo. Em seu novo ciclo iniciado em 2023, é essencial e urgente a incorporação das críticas já largamente realizadas.⁶ Reafirma-se ainda, o aspecto centralizador que o PMCMV exerceu desde 2009, enfraquecendo e, muitas vezes, eliminando alternativas de produção de moradia/cidade em andamento.

Numa realidade em que as questões relativas ao território, no âmbito das políticas públicas urbanas e do planejamento urbano, a nível federal, estadual ou municipal, estão em disputa constante, os movimentos sociais urbanos cumprem papel fundamental na consolidação de uma proposta transformadora. As suas formas de representação instituem-se para além do âmbito parlamentar em suas ações concretas, a partir da disputa territorial. Nesse sentido, experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre foi fundamental, tanto no sentido de viabilizar o novo quadro de forças na gestão democrática do território, mas também na formação e amadurecimento da participação popular.

Este artigo, portanto, a partir da avaliação das demandas e projetos efetivamente realizados, pretende contribuir para a reflexão sobre a experiência paradigmática do OP de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. Cinco perguntas sobre Ocupações Urbanas. **Jornal Sul21**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0aNAAdZKNJg>. Acesso em: jan./2023.

BERAS, César. **O Orçamento Participativo de Porto Alegre e as possibilidades para a democracia deliberativa no Brasil**. Porto Alegre: DaCasa Editora, 2009.

BONDUKI, Nabil (Coord.). **Os pioneiros da habitação social** - v.2: Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. SESC, 2014.

BORBA, Sheila; ALFONSIN, Betânia; GONZÁLEZ, Sylvia. Análise de experiências alternativas de habitação popular em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Coleção Habitare** - Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, Cap. 7, p. 237-275, 2007.

CAMPOS, Denise P.; TABBAL, Luciane M.; CARPENEDO, Silvia M. **O Departamento Municipal de Habitação e seus programas para a promoção da moradia social em Porto Alegre**. Sustentabilidade e Habitação de interesse Social - CHIS 2014. Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 89-109, 2014.

CARPENEDO, Silvia (Coord.). **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Porto Alegre. Porto Alegre**: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Departamento Municipal de Habitação - Edição Condensada, 2011.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - DEMHAB. **Demhab comemora 50 anos nesta segunda-feira**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=183440&DEM HAB+CO MEMORA+50+ANOS+NESTA+ SEGUNDA-FEIRA. Acesso em: ago./2022

D'OTTAVIANO, Camila. **Abrindo Janelas**: alternativas para moradia no Brasil. Livre-docência. São Paulo: FAUUSP, 2019.

FEDOZZI, Luciano. O **Poder da Aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

GENRO Tarso; SOUZA Ubiratan de. **Orçamento Participativo**: A experiência de Porto Alegre. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez, 2008

MELUCCI, A. A experiência individual na sociedade planetária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 199-221, 1996.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo, USP/Nobel, 1991.

SOUZA, Anita S. de. **Projeto Renascença**: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SUL21. Censo 2022: Levantamento aponta que 30% dos imóveis do Centro estavam desocupados. **Sul21**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/04/censo-2022-levantamento-aponta-que-30-dos-imoveis-do-centro-estavam-desocupados/>. Acesso em: abr./2024.

TEODORO, Isadora. **A questão da moradia no Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**. Belo Horizonte: ANPUR, 2021.

¹ Como exemplos, podemos citar o Plano Geral de Melhoramentos, de 1914, a construção do Viaduto Otávio Rocha (atual avenida Borges de Medeiros), em 1932, o projeto de canalização do Riacho (atual Arroio Dilúvio) e a abertura da Avenida Marginal (atual Avenida Ipiranga), entre 1937-1943. E a remoção de mais de 30 mil pessoas do centro histórico da cidade durante a ditadura militar (1964-1985) para o bairro da Restinga, a mais de 40 km da cidade urbanizada.

² O sucesso da experiência do OP de Porto Alegre fez com que ele fosse utilizado em outras cidades brasileiras e também fora do Brasil.

³ O Programa de Cooperativas se tornou programa estadual durante a gestão Olívio Dutra (1999-2002) no governo do estado.

⁴ Entre 2020 e 2022, o PMCMV foi substituído pelo programa Casa Verde Amarela, que, no entanto, contratou poucas unidades habitacionais e nenhuma para a baixa renda.

⁵ Ainda que o Censo 2022 tenha apontado um grande aumento no número de imóveis vagos no Brasil de forma geral, entendemos que este dado deve ser utilizado com cautela.

⁶ A crítica ao PMCMV já está consolidada na literatura acadêmica recente. Não faremos aqui a indicação exaustiva desse referencial.